



**ACÓRDÃO Nº309/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1496/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas - IPEM
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Márcio André Oliveira Brito (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICA AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5594/2016-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas - IPEM. Exercício de 2014.

*Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação. Notificação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** com fundamento no art. 24 da Lei n.º 2.423/96, a Prestação de Contas do Sr. Márcio André Oliveira Brito, responsável pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas - IPEM, no curso do exercício 2014;
- 9.2. **Dar quitação** ao Sr. Márcio André Oliveira Brito, com fundamento no art. 189, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (Resolução n.º 04/02 - TCE/AM);
- 9.3. **Determinar** ao Sr. Márcio André Oliveira Brito que observe, com rigor, as determinações (1 - tomar providências, dentro do limite de suas competências, para realização de concurso público para provimento de cargos de Procurador de Carreira e demais cargos necessários à realização das atividades-fim e atividades-meio do IPEM, 2 - atualizar o portal eletrônico do IPEM no sentido de que sejam alimentadas todas as informações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/00 e pela Lei



**ACÓRDÃO Nº309/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

n.º 12.527/2011, 3 - registrar no Orçamento Anual do IPEM as previsões de receitas e despesas oriundas de convênios, 4 - Manter na sede do IPEM documentos hábeis a comprovar toda e qualquer despesa realizada pela entidade em respeito ao princípio da transparência e 5 - Observar as orientações descritas pela Unidade Técnica quanto às falhas observadas em peças contábeis) consignadas na Fundamentação desta Proposta de Voto;

- 9.4. Notificar** o Sr. Márcio André Oliveira Brito, Diretor-Presidente do IPEM ao longo do exercício de 2014, acerca do desfecho atribuído a estes autos para que adote as determinações consignadas nestes autos.

**10- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 11 de Abril de 2017

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**12.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral